

A LEI 10.639/2003 E O LIVRO DIDÁTICO “HISTÓRIA: SOCIEDADE E CIDADANIA”

Jaqueline Pereira de Moraes
Acadêmica de História, UEG/GO
jaquelinepereirademora@gmail.com

Maria Elisa Magalhães dos Santos
Acadêmica de História, UEG/GO
mariaelisamagalhaes01@gmail.com

Euzebio Fernandes de Carvalho
Docente de História, UEG/GO
euzebiocarvalho@gmail.com

Lídia da Silva Cruz Ribeiro
Docente de História, UEG/GO
lidiacribeiro2@gmail.com

RESUMO: Por um longo período a população negra foi representada nos materiais didáticos de forma pejorativa. Isso resulta da história provocada pelo sistema escravista brasileiro. Ao longo do século XX, os movimentos sociais organizados contra o racismo permitiram a promulgação da lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção da História da África e Afro-brasileira nos currículos escolares da Educação Básica e, conseqüentemente, nos livros didáticos, o qual é um dos materiais pedagógicos mais utilizados por professores e alunos (SILVA, 2005, p.22). Na presente investigação, ainda em andamento, abordamos os manuais didáticos enquanto ferramentas pedagógicas que constroem críticas e conceitos significativos no ambiente escolar. Por seu poder, eles precisam portar conteúdos e informações voltadas também para questões étnico-raciais brasileiras. Contudo, os materiais didáticos ainda estão carregados de conteúdos que contribuem para depreciação, discriminação e disseminação do racismo, produzindo um aprendizado deficitário e contribuindo para o elevado índice de evasão escolar e repetência do estudante negro (MUNANGA, 2005, p.16). Analisamos o livro didático da 8ª série do Ensino Fundamental, da coleção *História: Sociedade e Cidadania*, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, em 2012 (2ª edição). Identificaremos e analisaremos, no livro, as formas de abordagens discursivas da cultura negra sob as determinações da Lei 10.639/2003. Problematizaremos os sentidos e representações de afrodescendentes presentes nesse material pedagógico. Para verificar a contribuição dessa obra para a formação da consciência histórica (BARCA; SCHIMIDT, 2009), investigaremos os estudantes que cursam o 9º ano em 2014, pois utilizaram o livro didático na série anterior. O referencial teórico metodológico mais amplo desse trabalho, está localizado entre as discussões e debates da Didática da História, na meta-reflexão alemã (RÜSEN, 2006).

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático de História. Lei 10.639/2003. Educação das Relações Étnico-raciais. História: sociedade e cidadania.

AGÊNCIA DE FOMENTO: CAPES/PIBID

INTRODUÇÃO

Por um longo período, a população negra foi representada nos materiais didáticos de forma pejorativa. Isso resulta da história provocada pelo sistema escravista brasileiro. Ao longo do século XX, os movimentos sociais organizados contra o racismo provocaram a promulgação da lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção da História da África e Afro-brasileira nos currículos escolares da Educação Básica. Conseqüentemente, essa lei reverberou nos livros didáticos, que são, na atualidade, um dos materiais pedagógicos mais utilizados por professores e alunos (SILVA, 2005, p.22). Neste sentido, Santos (2005) afirma que os negros acreditavam que conquistariam a igualdade por meio da educação. “A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. (...) A escola passou a ser definida socialmente pelos negros como um veículo de ascensão social (...)” (SANTOS, 2005, p. 21 e 22).

Contudo, a educação formal é uma educação eurocentrada, onde os livros didáticos representavam a África apenas como fornecedora de escravos. Assim, associando a história do negro no Brasil ao período de escravidão, construiu-se uma imagem estereotipada, inferiorizando-os racialmente; atribuindo-lhes características negativas, de passividade e de aceitação da escravização, desqualificando o continente africano e disseminando práticas de racismo e discriminação (FORUM, 2013). Em decorrência da luta dos movimentos sociais negros, alguns municípios e estados brasileiros reformularam o sistema de ensino, bem como também os materiais didáticos (SANTOS, 2005).

De acordo com Santos (2005), a Lei 10.639/2003 é fruto de lutas antirracistas constituídas pelo Movimento Negro no Brasil, a qual enfatiza a obrigatoriedade da inserção de temáticas nos currículos escolares relacionadas a História Afro-brasileira e Africana nas instituições públicas e particulares, de ensino fundamental e médio. Como está previsto na lei 10.639/2003, artigo 26-A:

§1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura

negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. (Lei nº 10.639/2003)

É importante ressaltar que a aprovação desta lei representa a grande conquista da luta social do Movimento Negro, lembrando que os negros têm uma grande e importante participação na formação da identidade nacional. Assim:

É importante destacar que não se trata de uma mera formalização legal, tampouco de imposição. A legislação aprovada em 2003 e 2008 consistiu em uma tentativa de corrigir a lacuna curricular que apenas considerou índios e negros em temas folclóricos, minimizando o seu papel enquanto elementos formadores da nação brasileira. (FORUM, 2013, p. 18)

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Contudo, os materiais didáticos ainda estão carregados de conteúdos que contribuem para depreciação, discriminação e disseminação do racismo, produzindo um aprendizado deficitário e contribuindo para o elevado índice de evasão escolar e repetência do estudante negro (MUNANGA, 2005, p.16).

Anderson Ribeiro Oliva, no artigo *A história da África nos bancos escolares: Representações e Imprecisões na literatura didática* aponta para a relevância de se ter uma educação étnico-racial. Afirma que muitos de nós, quando passamos pela escola, estudamos apenas conteúdos como o tráfico negreiro, processos históricos do imperialismo e coronelismo. Conclui que se estuda muito pouco, ou quase nada sobre o continente africano. Nesse sentido, aponta para a importância da análise e crítica das matérias didáticas existentes no sentido de superar essas lacunas.

O livro didático está presente no cotidiano escolar há cerca de dois séculos. “Os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos” (BITTENCOURT, 2004 *apud* ALVES; BARBOSA, 2012). Eles ocupam papel fundamental na sala de aula, tanto para alunos, quanto para professores. Embora não seja o único recurso didático que os professores e estudantes têm como fonte de ensino e aprendizagem, torna-se uma indispensável ferramenta de trabalho para o professor, sendo um dos

principais responsáveis pela construção de conhecimentos escolares, entre eles o conhecimento histórico (ABUD, 1986 *apud* SCHIMIDT; CAINELLI).

Neste âmbito, Silva (2005, p.22), afirma que o livro didático ainda é muito presente nos dias atuais. É um dos materiais pedagógicos mais utilizado por professores e alunos de escola pública.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Apesar de terem transcorrido alguns anos da implementação da Lei 10.639/2003 para os currículos da base da educação, a imagem negativa construída ao longo dos anos sobre a África, ainda precisa ser superada. Principalmente nos livros didáticos (ALVES E BARBOSA, 2012).

Sobre essas perspectivas, este trabalho volta-se para tentar identificar e analisar o cumprimento da lei 10.639/2003, em um livro didático específico, bem como também problematizar as formas de abordagem dos conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira e africana.

Na investigação ainda em andamento, analisaremos o livro didático da 8ª série do Ensino Fundamental, da coleção *História: Sociedade e Cidadania*, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD, em 2012 (2ª edição). Identificaremos e analisaremos, no livro, as formas de abordagens discursivas da cultura negra sob as determinações da Lei 10.639/2003.

Problematizaremos os sentidos e representações de afrodescendentes presentes nesse material pedagógico. Para verificar a contribuição dessa obra para a formação da consciência histórica (BARCA, SCHIMIDT, 2009). Para tanto, investigaremos os estudantes que cursam o 9º ano em 2014, posto que utilizaram o livro didático na série anterior, e os estudantes do atual 8º ano. O referencial teórico metodológico mais amplo desse trabalho está localizado entre as discussões e debates da Didática da História, na meta-reflexão alemã (RÜSEN, 2006).

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Albuquerque; BARBOSA, Vilma de Lurdes. A África na Literatura Didática de História a partir da Lei 10.639/2003. *IX Seminário de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*; Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BARCA, Isabel; SCHIMIDT, M^a Auxiliadora (Org.). *Aprender História: perspectivas da Educação Histórica*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2009.

BRASIL. *Lei 10.639 de Janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes de bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África nos bancos escolares*. Representações e imprecisões na literatura didática.

RESENDE, Viviane de Melo. RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. V.1, N.2, p.07-16, jul.-dez. 2006. O texto foi publicado originalmente em 1987, na revista *HistoryandTheory* (Inglaterra). Tradução de Marcos Kusnick

SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHIMIT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história: o livro didático e o ensino da História*. São Paulo, Editora Scipione.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele [org.]. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.